



Novo governo promete revogar a legislação trabalhista

07/01/2002

A Argentina até poucas décadas atrás detinha um dos padrões de vida mais altos do mundo e parecia destinada, dentro de algumas gerações, a competir com a Suíça ou a Suécia em desenvolvimento e modernidade.

Mas, Eduardo Duhalde, que assumiu a presidência da Argentina graças a um acordo entre líderes da União Cívica Radical (UCR) e do peronismo, para terminar o mandato de Fernando de la Rúa, que vai até 2003, disse que a Argentina está quebrada.

O País vinha retrocedendo, igualando-se em empobrecimento, desordem e inoperância em matéria política e econômica, levando-o às portas da anarquia e da desintegração, um país esmagado sob a vertiginosa dívida externa de US\$ 130 bilhões, cujos juros consomem um terço da renda nacional, e vítima da mais pavorosa crise fiscal da América Latina.

Não obstante, a Argentina fez toda a lição de casa, seguiu fielmente os ditames da cartilha neoliberal, cedeu a todas as exigências do FMI, que ao conceder empréstimos condiciona a implementação de exigências tais como a da revogação da legislação trabalhista, visando que as relações de trabalho não sejam reguladas por lei, mas que fiquem reguladas e disciplinadas apenas pelas leis de mercado.

Em razão dessas exigências é que a Argentina flexibilizou toda a legislação trabalhista, gerando diversos conflitos com os trabalhadores e com as respectivas representações sindicais e até com o meio político, com a renúncia do vice-presidente da Argentina, Carlos "Chacho" Alvarez, por causa das denúncias de compras de votos de senadores no para a aprovação do projeto, pelo governo de De La Rúa.

O novo governo entendendo que o mercado não tem compromisso com a vida, com o bem estar social, por buscar apenas, com a redução dos custos operacionais, a obtenção de lucros cada vez maiores, está prometendo o envio de um projeto para revogar a lei de flexibilização trabalhista, sendo que após se reunir com líderes sindicais, numa entrevista na sede da central sindical CGT, arrematou: "Não queremos ser escravos".

A situação econômica da Argentina é tão grave que a inflação ocasionada irá aumentar mais ainda o número de pobres, nos próximos meses e somar mais de um milhão e meio de pobres, por conta da desvalorização cambial feita pelo governo do novo presidente Eduardo Duhalde, na avaliação da consultoria Equis.

Veja a matéria na Folha de São Paulo, edição de 07/01/2002

Consultoria alerta sobre perigo de aumento da pobreza na Argentina

da France Presse, em Buenos Aires

Com a desvalorização do dólar iniciada hoje pelo governo de Eduardo Duhalde, a pobreza pode aumentar consideravelmente na Argentina nos próximos meses e ampliar os números da lista de pessoas nesta situação em mais de 1,5 milhão, disse a consultoria Equipes de Investigação Social (Equis).

O titular da Equis, o sociólogo Artemio López, indica que uma hipotética espiral inflacionária de 10% significaria que a percentagem de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza passaria de 44,2% para 49,1% da população, o que representa uma soma de 1,7 milhão de pessoas aos 14,5 milhões de pobres que há na Argentina, segundo dados oficiais.

A inflação é um dos maiores riscos do programa econômico, lembra um estudo da consultoria publicado pelo jornal “Página 12” (de centro-esquerda). A Argentina teve em 2001 uma deflação entre 1% e 2%.

Artemio López lembra que, de acordo com dados oficiais, 12,3% dos argentinos estão a um passo de serem classificados como pobres ao estarem incluídos na chamada “zona de risco iminente de pobreza” já que superam, apenas por causa de seus salários, esta categoria sócio-econômica.

A Argentina tem uma população de 36 milhões, segundo o censo de 2001, que mediu os índices demográficos em relação a 1991. A década medida coincide com o tempo de vida que teve a fracassada lei da conversibilidade e o comportamento sócio-econômico dos argentinos.

A demógrafa Susana Torrado advertiu no “Página 12” sobre os hipotéticos riscos que a Argentina enfrenta em termos sociais, ante um desafio econômico como o que atravessa.

Ela analisou indicadores demográficos da década (1991-2001) e ressaltou que neste tempo a taxa de crescimento do país caiu em 5%.

Fonte: https://conjur.jumps.com.br/2002-jan-07/governo_promete_revogar_legislacao_trabalhista/